

ACESSIBILIDADE ATITUDINAL E INCLUSÃO ESCOLAR: UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE PRÁTICAS E DESAFIOS

Talissa Marihá Feijó Silva ¹
Hellen Chrystianne Lucio Barros ²

RESUMO

Garantir uma educação de qualidade implica repensar os processos de efetivação da educação especial e inclusiva no ambiente escolar. A inclusão de todos os estudantes, com ou sem deficiência, constitui condição essencial para o desenvolvimento integral e para a promoção da aprendizagem, ao passo que a convivência com a diversidade em um mesmo espaço contribui significativamente para a formação de sociedades mais democráticas e igualitárias. Mais do que cumprir um preceito legal a obrigatoriedade da matrícula de estudantes com deficiência nas instituições regulares de ensino é urgente fomentar ambientes escolares verdadeiramente inclusivos, que se mostrem acolhedores e acessíveis às necessidades de todos os sujeitos. A construção de uma escola inclusiva demanda a superação de desafios cotidianos, desde aspectos estruturais até barreiras atitudinais, e exige um olhar sensível, crítico e comprometido com a equidade. Este trabalho tem como objetivo discutir a importância da acessibilidade atitudinal como forma de promover a sensibilização e conscientização da comunidade escolar diante do contexto da educação especial e inclusiva, apresentando práticas pedagógicas e institucionais que favoreçam a inserção efetiva de alunos com deficiência no ambiente escolar. Para isso, realizou-se uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, com base em livros, artigos científicos e documentos oficiais que tratam da temática da inclusão escolar, acessibilidade e direitos das pessoas com deficiência. A partir da análise do referencial teórico, buscou-se refletir sobre estratégias e ações que possam contribuir para a construção de uma escola mais humana, democrática e inclusiva.

Palavras-chave: Educação especial; Educação inclusiva; Acessibilidade atitudinal; conscientização; Ambiente escolar.

¹ Mestranda do Curso de Educação Inclusiva- PROFEI da Universidade Estadual de Pernambuco - UPE, talissa.feijo@upe.br;

² Psicóloga, doutora em psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora Adjunta da Universidade de Pernambuco-UPE, hellen.barros@upe.br



1. INTRODUÇÃO

A educação especial na perspectiva inclusiva ainda enfrenta grandes desafios, especialmente no que se refere ao processo de sensibilização e à acolhida de estudantes com deficiência no ambiente escolar. Não basta garantir o acesso à sala de aula regular; é necessário assegurar que a permanência e o desenvolvimento desses alunos ocorram em um espaço verdadeiramente inclusivo, acessível e acolhedor. Nesse sentido, a inclusão deve ser compreendida como um processo contínuo, que demanda o envolvimento de toda a comunidade escolar, pautado em valores como respeito, empatia, solidariedade e justiça social.

O cenário atual apresenta uma sociedade que ainda precisa desconstruir preconceitos e superar práticas excludentes que dificultam a efetivação plena da inclusão no cotidiano escolar. A acessibilidade atitudinal, frequentemente negligenciada, constitui um dos principais pilares para o fortalecimento de uma cultura inclusiva. É por meio de atitudes e olhares sensíveis que se constrói um ambiente escolar capaz de respeitar e valorizar as diferenças, contribuindo para o desenvolvimento integral de todos os estudantes.

Em 6 de julho de 2015, foi sancionada a Lei nº 13.146/2015, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), que completou 10 anos. A LBI representou um marco histórico diante na consolidação dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil, deixando explícito os direitos e estabelecendo princípios de igualdade, acessibilidade e inclusão em todos os setores da sociedade, incluindo educação, trabalho, saúde e transporte. Alinhado aos marcos legais e aos, faz-se necessário discutir através das bases teóricas como o espaço escolar é, por natureza, um território fértil para a transformação social. Nele, experiências significativas e vivências compartilhadas podem gerar aprendizados potentes e duradouros.

2. METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica de natureza exploratória, voltada para compreender a importância da acessibilidade atitudinal e das práticas inclusivas no contexto da educação especial. A pesquisa bibliográfica é adequada por permitir a análise crítica de produções científicas, legais e normativas existentes sobre o tema, possibilitando a construção de um referencial sólido e atualizado (Gil, 2008).

Foram selecionadas publicações científicas, livros e documentos oficiais, os achados foram encontrados nos estudos de Mendes (2006), Uchôa e Chacon (2022), Freire (2020),



Cavalcanti e Galvão (2007), Sassaki (2010), Mantoan (2006), além dos documentos oficiais como a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e o Decreto nº 6.949/2009, que promulgou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A escolha do material seguiu critérios de relevância, atualidade e relação direta com os objetivos do estudo. A análise do referencial teórico buscou: Compreender o papel da escola na promoção da sensibilização da comunidade escolar e sistematizar os direitos legais assegurados aos estudantes com deficiência e suas implicações no processo educacional

3. RESULTADOS ESPERADOS

De acordo com os achados provenientes dos materiais analisados na etapa de coleta, foram identificados indícios que contribuem para a discussão acerca da promoção da acessibilidade atitudinal no contexto escolar. A seguir, apresentam-se os eixos construídos com o intuito de subsidiar e aprofundar essa reflexão.

3.1 CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA E OS APARELHOS LEGAIS

A segregação das pessoas com deficiência é um fato histórico que ainda permeia a sociedade contemporânea. É certo que tais práticas resultam de uma longa trajetória marcada por inúmeros desafios. No século XIX, os espaços destinados às pessoas com deficiência eram as classes especiais, geralmente localizadas dentro das escolas regulares (Mendes, 2006). Segundo Uchôa e Chacon (2022), por volta da metade do século XIX, consolida-se o modelo de institucionalização especializada, caracterizado pela segregação dos indivíduos com deficiência.

Segundo Freire (2020, p. 26), “os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo”. Dessa forma, a prática pedagógica deve ser inovadora, estimulando o desenvolvimento de um aluno autônomo e protagonista de seu próprio crescimento. Na segunda metade do século XX, a “educação especial foi constituindo-se como um sistema paralelo ao sistema educacional geral, até que, por motivos morais, lógicos, científicos, políticos, econômicos e legais, surgiram as bases para uma proposta de unificação” (Mendes, 2006, p.



388).

Conforme a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, essa modalidade deve "assegurar a transversalidade do atendimento educacional especializado, a continuidade da escolarização nos demais níveis de ensino e a formação docente para o atendimento educacional especializado" (Brasil, 2008, p. 1).

A escola brasileira é marcada por fatores que contribuem para o fracasso escolar, especialmente quando se consideram os marcadores relacionados à desigualdade social e à exclusão. O contexto da acessibilidade é essencial, pois garante o exercício da cidadania, como o direito de ir e vir, além de promover aspectos relacionados à igualdade, refletindo sobre como o ambiente pode proporcionar melhores condições para a inclusão.

Nesse sentido, Cavalcanti e Galvão (2007, p. 432) destacam que: “quando o acesso ao ambiente não é favorável ao indivíduo, pode-se perceber uma tendência ao isolamento social e à redução de seus papéis”. Para se abordar as barreiras enfrentadas pelo estudante com deficiência no contexto escolar, impõe-se a necessidade de uma análise ampliada acerca dos obstáculos existentes, bem como das normativas vigentes que visam fortalecer os direitos à acessibilidade e à garantia de uma educação equitativa. Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) apresenta os avanços e os desafios que o processo da inclusão enfrenta, cada direito e abordagem definido em cada artigo do estatuto deixa evidente o quanto o campo ainda precisa ser explorado e consolidado para fortalecer os direitos das pessoas com deficiência.

3.2 A IMPORTÂNCIA DA ACESSIBILIDADE NO PROCESSO DA SENSIBILIZAÇÃO NO AMBIENTE ESCOLAR

Abordar a acessibilidade implica adotar um olhar holístico sobre o contexto educacional, voltado para o processo de construção de possibilidades que tornam a inclusão efetiva. Trata-se de eliminar barreiras e fortalecer meios e instrumentos que possibilitem a concretização do acesso às diversas formas de participação, de maneira igualitária, na sociedade.

Segundo Cavalcanti e Galvão (2007, p. 432), tornar um ambiente acessível significa permitir todas as possibilidades de alcance, percepção e compreensão, bem como o entendimento das ajudas técnicas para a utilização dos espaços com segurança e autonomia pelas pessoas. Esses autores deixam evidente que a acessibilidade é essencial para que o ambiente tenha significado para o indivíduo com deficiência.

Em 2009, foi publicado o Decreto n.º 6.949, que promulga a Convenção Internacional



sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, de 2007. Este decreto representa um avanço significativo na garantia dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil, demonstrando o compromisso do país com a inclusão e a igualdade. Ele fortalece e marca a inserção dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil (Brasil, 2009). A acessibilidade é abordada no artigo 9º do Decreto n.º 6.949/2009, sendo definida como o acesso e a igualdade de oportunidades para todas as pessoas, mediante a eliminação de barreiras no meio físico, no transporte, na informação e na comunicação (Brasil, 2009). O texto deixa explícitas as diretrizes voltadas para a implementação de medidas que efetivem a acessibilidade e proporcionem igualdade de oportunidades para a inclusão das pessoas com deficiência na sociedade.

Assim, a acessibilidade significa oferecer condições e possibilitar a interação entre as pessoas com deficiência, eliminando as barreiras desenvolvidas nos ambientes que impedem a efetivação e a participação plena dessas pessoas na sociedade, com igualdade de oportunidades e direitos.

Sassaki (2010) afirma que a acessibilidade das pessoas com deficiência vai além do acesso físico, pedagógico e comunicacional. Para o contexto deste estudo, a acessibilidade está relacionada ao conjunto de ações que visam garantir o acesso ao ambiente escolar, envolvendo aspectos arquitetônicos, metodologias de ensino, atitudes e formas de comunicação que promovam a inclusão dos alunos da educação especial. O papel da escola é formar cidadãos conscientes e críticos que tenham um olhar abrangente sobre as questões voltadas a justiça social. A inclusão, por sua vez, só será verdadeiramente compreendida como um direito à educação com equidade quando deixar de ser tratada como um favor.

Mantoan deixa claro que “a inclusão escolar não é apenas a presença do aluno com deficiência na sala de aula, mas sua participação efetiva nos processos de aprendizagem e convivência” (Mantoan, 2006, p. 44). Ou seja, não é basta inserir esse estudante na escola, mas efetivar de forma inclusiva sua participação no processo e no contexto escolar, a educação especial não pode ser fragmentada, ela deve ser realizada como um todo, deve ser completa. As escolas têm o dever de repensar e construir um ambiente que seja inclusivo, e não é sobre acessibilidade arquitetônica, mas sobre os outros aspectos que devem ser pensados no acolhimento do aluno. Esse cenário reforça a necessidade de promover debates e reflexões contínuas sobre o tema, a fim de construir pontes que aproximem a realidade do ideal defendido nas políticas públicas voltadas à inclusão.



Quando o ambiente escolar é organizado e planejado de forma consciente, ele pode contribuir significativamente para o desenvolvimento integral do estudante com deficiência. Ao abordar o ambiente no contexto escolar, a adaptação é essencial para construir uma escola inclusiva, com ajustes nas práticas pedagógicas e no espaço para atender a todos os alunos, respeitando suas singularidades e promovendo a participação plena de cada um.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é um dos espaços onde formamos ideologias, construímos conhecimento e quebramos paradigmas relacionados a qualquer tipo de preconceito. A acessibilidade atitudinal evidencia a importância do processo de sensibilização por parte da comunidade escolar, pois ter empatia e compreender as particularidades do outro que precisa ser acolhido e entendido com um olhar sensível torna a inclusão um processo contínuo, que requer a desconstrução e a (re)construção de paradigmas que contribuam para o desenvolvimento do aluno.

Fortalecer a acessibilidade atitudinal no ambiente escolar significa desconstruir o olhar preconceituoso e naturalizado de que o espaço escolar deve permanecer como é, sem considerar as circunstâncias e particularidades de cada pessoa. A escola deve estar preparada para receber o aluno da educação especial, e essa preparação também deve incluir a sensibilização da comunidade escolar, estimulando um olhar mais empático e humanizado.

Compreender o processo de inclusão é construir novas possibilidades de transformação. Isso pode significar criar espaços de diálogo e interação que permitam que as diferenças sejam reconhecidas e valorizadas, sem que sejam reduzidas a uma única perspectiva ou forma de conhecimento. É necessário fazer das escolas um espaço dialógico e interativo, onde todos sejam respeitados e valorizados, e onde suas individualidades não sejam vistas como algo que precisa ser moldado para se adequar aos padrões impostos pela sociedade.

São práticas envolvendo a comunidade escolar que irão fazer a diferença no processo de sensibilização. Não deve haver o desejo de ajustar aquilo que não se encaixa no modelo “idealizado de normalidade”, pois tal postura reflete uma visão capacitista que ainda persiste em muitos contextos, especialmente no ambiente escolar.

Desta maneira, faz-se necessário que os currículos, assim como as práticas pedagógicas, proporcionem um ambiente que permita ao aluno se expressar, livre de estigmas e preconceitos, apresentando propostas que destaque a importância da inclusão no ambiente escolar.



REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Básica**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 14 set. 2025.
- BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 14 set. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 14 set. 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 ago. 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 14 set. 2025.
- CAVALCANTI, A.; GALVÃO, M. **Educação, acessibilidade e inclusão: práticas e desafios**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2007.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 41. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2020.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2006.
- MENDES, E. **História da Educação Especial no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 10. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.
- UCHÔA, L. M.; CHACON, A. **Educação Especial e Inclusiva: trajetórias históricas e contemporâneas**. Recife: EDUPE, 2022.

